

## ENTRE A MORAL E A IMAGINAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES DE *MEMÓRIAS DE UM BURRO*, DA CONDESSA DE SÉGUR, NA COLEÇÃO *BIBLIOTECA INFANTIL* DA EDITORA MELHORAMENTOS.

Vera CHACHAM

**RESUMO:** Esta comunicação resulta de uma pesquisa sobre as traduções da Condessa de Ségur no Brasil. O objetivo é explicitar as transformações do que Roger Chartier denomina registros da tradução em uma obra, mas dentro de uma mesma coleção. O idealizador e primeiro editor da coleção *Biblioteca Infantil* foi o professor Arnaldo Barreto (1869-1925), responsável por 28 títulos (publicados de 1915 a 1925) dos 100 títulos que a coleção alcançou em 1958. Entre eles, *Memórias de um Burro*. Com sua morte, a Coleção passou para as mãos do educador Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970), que a partir de 1926 realiza uma “revisão completa” nos volumes já publicados

**Palavras-chave:** Tradução de literatura infantil; Biblioteca Infantil da Melhoramentos; Arnaldo Barreto; Lourenço Filho.

**ABSTRACT:** *This paper comes from a research about the Condessa de Ségur's translations in Brazil. The purpose is make clear the transformations of records (registros) of traductions, as Roger Chartier calls it. The creator and e first editor of the collection named Biblioteca Infantil was the school teacher Arnaldo Barreto (1869-1925), responsible for 28 titles (published from 1915 to 1925) of the collection, which achieved 100 titles in 1958. Among these books, we take the brazilian translation of Condessa de Ségur's Mémoires d'un Âne (Memoirs of a Donkey) as an exemple of the mutations suffered by the children collection when the educator Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970) takes the control over it and, from 1926 and especially from 1937 conduct a full review of the books already published.*

**Keywords:** Translation of children literature. Brazilian children's books collections. Lourenço Filho. Arnaldo Barreto

## INTRODUÇÃO

Os livros da escritora Sophie de Ségur (1799-1874) começaram a ser traduzidos para o português ainda na década de 1870. Em Paris, os editores da Aillaud publicaram, em 1872, a tradução portuguesa do romance *Que amor de criança*<sup>172</sup>, que entregaram aos Lallemand Frères, de Lisboa e, em 1874, enviaram a São Paulo *Os desastres de Sofia* e *As meninas exemplares*. Como aponta Cooper-Richet (2009, p. 542), desde a primeira metade do século XIX havia uma atividade intensa de vários editores franceses na área de uma “biblioteca lusófona”, sobretudo na casa que Jean Pierre Aillaud dirigiu. Assim, a chamada *Bibliotheca Rosa Illustrada*, que abrigou alguns livros da Condessa, já existia antes que a Aillaud fosse parcialmente incorporada à Editora Francisco Alves, em 1907<sup>173</sup>.

No que se refere ao livro *Mémoires d'un Âne – Memórias d'um burro* –, foi traduzido para a *Bibliotheca Rosa* das Editoras Aillaud e Bertrand e Francisco Alves em 1915, por J.

<sup>172</sup> *Quel amour d'enfant*. Primeira edição: Hachette, Paris, 1867.

<sup>173</sup> Segundo Aníbal Bragança (2012, p.37), a Francisco Alves comprou em 1907 uma parte da Maison Aillaud, que era então editora, livraria e tipografia, formando assim a empresa Aillaud, Alves & Cie. Francisco Alves e Júlio Monteiro Aillaud readquirem, em 1910, a centenária Livraria Bertrand, de Lisboa, criando uma nova empresa, Aillaud, Alves, Bastos & Cia.

Antônio de Freitas. Difere das outras traduções da Condessa para a *Bibliotheca Rosa* por ter sido ilustrado especialmente para a coleção.

Embora publicado pouco tempo depois, ao que tudo indica em 1918, o livro *Memórias de um burro* editado pela Weiszflog (incorporada depois pela Melhoramentos) traz várias inovações – e não somente por tratar-se de tradução genuinamente brasileira: trata-se de uma adaptação, e bem sintética. É nesta tradução - na verdade traduções - contida na Coleção *Biblioteca Infantil* que gostaríamos de nos deter neste artigo. É que, embora trate-se de um mesmo livro da mesma coleção, ocorrem mudanças que consideramos relevantes ao longo das suas sucessivas edições, sobretudo quando ocorre uma mudança na condução da coleção: criada em 1915 pelo professor Arnaldo Barreto, que organizou a *Biblioteca Infantil* até 1925, a coleção passou a ser organizada e ampliada, após a morte de Barreto, pelo educador Lourenço Filho. É sobre suas transformações, mais do que suas continuidades, que procuraremos refletir.

## A BIBLIOTECA INFANTIL ENTRE ARNALDO BARRETO E LOURENÇO FILHO

O contexto no qual se insere Arnaldo Barreto é fundamental para compreender as forças que impelem o professor na direção da elaboração de cartilhas, sua aproximação das editoras pequenas e grandes e finalmente da elaboração de uma coleção como a Biblioteca Infantil da Melhoramentos. Barreto fazia parte da geração republicana que compartilhava uma crença liberal na educação. Para os educadores que estiveram à frente desse projeto, como Caetano de Campos, Gabriel Prestes e Cesário Mota Junior, “[...] a educação consistia no mais eficiente instrumento para a construção de um Estado republicano democrático” (REIS FILHO, 1981, p. 178).

Arnaldo Barreto (1869-1925) foi professor da Escola Normal Caetano de Campos, base do sistema educacional público que vinha sendo estabelecido no estado de São Paulo e, a partir de fevereiro de 1911, tornou-se inspetor escolar na capital paulista (Cf. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*, 1915). Nos anos de 1924 e 1925, ocupou o cargo de diretor da Escola Normal da Praça da República. Barreto havia tomado parte da primeira publicação pedagógica oficial para orientar o "professorado paulista" – *A Escola Pública*: artigos encadernados em livro, a partir de 1895 – e colaborou na *Revista de Ensino* (1902-1910), da qual foi redator chefe em 1903<sup>174</sup>. Desde fins do século XIX e começo do século XX, Barreto vinha produzindo livros didáticos pela Livraria Francisco Alves e outras editoras menores – sobretudo cartilhas<sup>175</sup>.

*Leituras Moraes* (1900), livro escolar destinado às atividades de leitura para as crianças das escolas públicas paulistas<sup>176</sup>, já parecia possuir ambições mais literárias. No texto de apresentação da 5ª edição (1910) do livro, publicado pela Livraria Francisco Alves & Cia., Barreto parecia convicto da atração que os contos de fadas e as histórias do campo do maravilhoso exerciam sobre as crianças, e expunha sua teoria:

Toda a criança é naturalmente alegre. Qualquer assumpto, mais ou menos cheio de preceitos moraes, escripto nesse tom grave e circumspecto de quem

---

<sup>174</sup> *Revista de Ensino*- Órgão da Associação Beneficente do Professorado Público. Impressa inicialmente pelo Estado, na Tipografia do Diário Oficial, a *Revista de Ensino* durou até 1910.

<sup>175</sup> A *Cartilha das mães* é escrita e publicada nesse período. Em 07 de março de 1895, essa cartilha já fora aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Publica de São Paulo.

<sup>176</sup> Da capa da obra consta ainda a seguinte informação: “Obra aprovada em 1896, pelo Conselho Superior de Instrução Publica de São Paulo e adoptada em todas as Escolas”.

quer dar conselhos sizudos, a enfastia, fal-a bocejar. [...]. Deem-lhe, porém, a lêr um desses inverossímeis contos de fadas, onde ha animaes que falam, e principes encantados. *Quem tiver um dedo de observação, notará deste logo, no brilho dos seus olhos, e no sorriso satisfeito que lhe ilumina a physionomia, o interesse e a atenção que lhe despertam taes narrativas.* Porque? Porque ahi o assumpto é leve, alegre, cheio de imprevistos, e porque tambem a moralidade está nelle misturada em dóse bastante para não dar travor. Pois bem; si esse é o segredo para atrahir a atenção infantil, porque não havemos de escrever livros alegres? Um delles ahi vai. Corresponderá á minha expectativa? Dil-o-á o futuro. São Paulo, Outubro de 1890. O Autor. (Apud MAZIERO, <sup>2015</sup>, p. 96.)

Estes ideais literários não parecem ter-se concretizado em *Leituras Morais*<sup>177</sup>. Contudo, é inegável a admiração de Barreto pelos “(...) inverossímeis contos de fadas, onde há animais que falam, e príncipes encantados.” No entender de Barreto a fantasia e a imaginação fazem parte da literatura infantil. Ele não se esquece, contudo, da realidade dos fatos à qual não pode escapar: o caráter pedagógico que *devem ter* os livros (mesmo quando não se trata de cartilhas) -, pelo menos quando existe a pretensão de entrar para o rol dos títulos aceitos pelo estado.

Nada é por acaso no discurso de Barreto, que não foge às lições de moral. Tais lições, contudo, não devem ser *explicitas*. Os livros onde se permite a fantasia são sedutores “[p]orque ahi o assumpto é leve, alegre, cheio de imprevistos, e porque tambem a moralidade está nele misturada em dose bastante para não dar travor.” Trata-se de uma perspectiva próxima, pensamos, do olhar pragmático da ultramontana Condessa de Ségur e, naturalmente, de seu editor Hachette.<sup>178</sup>

O fracasso “programático” de suas *Leituras Morais*, em termos do seu resultado literário e pessoal (pois o livro teve sucessivas edições), revela mesmo assim um projeto. No que se refere ao *Primeiro livro de leitura* (Arnaldo Barreto e Puiggari, 1903), encontramos uma resenha crítica que aponta a possibilidade de concretização e aceitação da tendência em buscar um caminho *mais literário* para a educação moral:

[...] A feição particularmente encantadora do livrinho, – a oportunidade com que *as mais belas lições de moral surgem naturalmente dos alegres contos infantis*, – é que o torna recomendável como *livro pedagógico*. Não se pode admitir um livro de leitura, verdadeiramente pedagógico, si em cada lição não houver um exemplo a seguir, – um conselho que possa prevenir uma falta, ou um ensinamento que desperte sentimentos nobres na alma impressionável da criança. Mais que nunca é necessário que os livros escolares apresentem esta feição moral característica, porque, infelizmente, pouco se cultivam, em nossos tempos, os sentimentos bons. A educação moral quase descurada, já não faz do lar o cadinho rectificador onde se acrisolam os sentimentos legítimos e doces. [...] (*Revista de Ensino*, n. 5, 1903, p. 406-408, grifos nossos).

<sup>177</sup> Segundo Maziero, nos 70 textos que compõem a obra *Leituras Moraes* “[...] não é possível encontrar ‘animaes que falam e príncipes encantados’, nem histórias ambientadas no reino da imaginação e da invenção”. Os textos respondem ao que é proposto no título: leituras morais, com intenção formativa, bem ao gosto do que era considerado literatura adequada à infância daquele período histórico, como pode ser exemplificado pelos títulos de alguns dos textos: “Bons conselhos”; “Não deixes para amanhã”; “O prêmio da generosidade”; “Lêde e reflecti!”. (MAZIERO. 2015, p. 96.)

<sup>178</sup> Para uma melhor compreensão desta perspectiva pragmática de Ségur e Hachette, ver: CHACHAM, V. Traduzindo a Condessa: variações sobre a violência em Memórias de um Burro, da Condessa de Ségur. In: DANTAS, Marta Pragana; SOUSA, Germana Henriques Pereira de (Org.). *A tradução de obras francesas no Brasil: trajetórias, debates, deslocamentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 120.

Poderíamos dizer, assim, que, para vários contemporâneos de Barreto, os imprescindíveis objetivos pedagógicos-civilizatórios dos livros infantis podem ser acompanhados de certas qualidades literárias, ou melhor, da consciência de que “as mais belas lições de moral *surtem naturalmente* dos alegres contos infantis” (*Revista de Ensino*, n. 5, 1903, p. 406-408, grifo nosso). No caso do *Primeiro Livro de Leitura*, que em 1912 encontra-se na décima quinta edição, são nítidas as lições da Condessa de Ségur, sem necessidade de intervenção maior de fadas e fábulas<sup>179</sup>. Segundo Cátia Oliveira e Rosa Souza (2000, p. 34), “a proposta dos autores representa uma outra concepção de leitura e um outro tipo de livro didático, que revela em suas lições uma preocupação maior com a leitura prazerosa – aquela que iria despertar na criança o gosto pelo ato de ler. [...]”.

Não se pode esquecer, contudo, que a preocupação pedagógica prossegue dominante, pelo menos na *seleção de livros* pelo governo, nas primeiras décadas da República, sobretudo em São Paulo. O que ocorre é que o governo propõe uma seleção não somente das cartilhas, mas também dos livros (leituras suplementares) para os alunos que já sabiam ler. É o que nos mostra a análise dos *Anuários do Ensino* do Estado de São Paulo<sup>180</sup>.

Com livros aprovados pela Comissão do *Anuario* e colaborador na elaboração de pareceres sobre obras didáticas (Cf. *Anuario do Ensino* do Estado de São Paulo de 1915, p.65), Arnaldo Barreto ruma, ainda em 1915, para o campo da ficção e da fantasia.

Em outubro ele propõe à Weiszflog Irmãos a publicação de uma série de livros para a infância. Segundo Maziero (2015, p.62), no entender dos editores havia “um grande conhecimento por parte de Barreto a respeito do funcionamento do mercado de livros escolares: ele percebe que há espaço nesse mercado para os livros que a Weiszflog viesse a publicar, além de informar onde estaria o público consumidor: nas escolas primárias.” De acordo com MENIN (1999), no contrato de compra e venda entre o autor e a empresa,

[...] A Editora compromete-se em divulgar o trabalho de forma que ele *seja adotado não somente nas escolas do Estado de São Paulo como nas outras escolas do Brasil*, que colaborará do melhor modo possível para que o referido trabalho seja feito com o mais [ilegível] exequível e que facilmente não fará qualquer outro trabalho semelhante adaptável ao mesmo fim da Biblioteca infantil destinado a infância brasileira e ao cultivo de sua imaginação e gosto literário. (MENIN, 1999, apud MAZZIERO, 2015, p. 82-83).

Nesse empreendimento de monta, a preocupação com a possibilidade de que os livros da *Biblioteca Infantil* fossem aceitos *ativamente* pelos governos pode ter tido importância na trajetória da Coleção.

No *Anuário de 1918* já há referência à coleção *Biblioteca Infantil* de Arnaldo Barreto, e os pareceres da Comissão Revisora<sup>181</sup>, ao tratarem de leitura auxiliar, ora aprovam

---

<sup>179</sup> BARRETO, Arnaldo de Oliveira; PUIGGARI, R. *Primeiro Livro de Leitura*. Livraria Francisco Alves & C. 15ª edição modificada e ampliada por Arnaldo de Oliveira Barreto. Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte, 1912.

<sup>180</sup>No seu primeiro número, relativo ao ano de 1907-1908, já encontramos uma primeira lista de “Livros que podem ser adotados para o ensino de leitura nos grupos escolares e escolas isoladas”, dentre os quais encontram-se as cartilhas de Barreto e Puiggari: Cartilha das mães e Primeiras leituras, para o primeiro ano; Primeiro livro de livro de leitura (Série Puiggari-Barreto), para o Segundo ano; Leituras Moraes, para o Terceiro ano; Terceiro livro de leitura (Série Puiggari-Barreto), para o Quarto ano. Cf. *Anuario do Ensino* do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. 1907-1908. Typ. Augusto Siqueira & C. Rua Alvares Penteado, 5-B, São Paulo, p. 384-391.

<sup>181</sup> Na Acta de encerramento dos trabalhos da Comissão Revisora dos livros didáticos (janeiro de 1918) obtemos a informação de que a comissão foi nomeada pelo Snr. Dr. Secretário do Interior do Estado de São Paulo, Snr.

a coleção como um todo (Sampaio Dória), ora em parte (que não parece incluir o volume X - Memórias de um Burro) como em Américo de Moura (cf. *Anuario do Ensino*, 1918, p.161).

No parecer preliminar apresentado aos demais membros da referida comissão, em 7 de janeiro de 1918, Plínio Barreto nos dá certa ideia da divergência entre os membros da Comissão. No seu entender, o *Livro de Leitura e Através do Brasil*, de Bilac e Bonfim, são “irrepreensíveis”; as *Poesias Infantis*, de Olavo Bilac, são “perfeitas”; “os *Contos Pátrios*, de Coelho Neto, possuem Linguagem pura. Parece-me apenas que, em alguns de seus contos, o Sr. Coelho Netto se apartou um pouco da simplicidade de estilo que a inteligência dos seus tenros leitores exige” (grifos meus); de Arnaldo Barreto, no seu entender, as Obras de Leitura e Traduçções de Andersen possuem “*linguagem aceitável*”. Quanto a “Era uma vez...”, de Viriato Correa e J. do Rio, a linguagem é “inadequada a cérebros infantis e não raro sem a devida pureza”; já em relação a “Histórias de Nossa Terra”, de Júlia Lopes de Almeida, a linguagem é considerada *excelente*. O mesmo ocorre com Francisca Julia da Silva e sua “Alma Infantil”: *linguagem excelente.*” (Cf. *Anuario do Ensino*, 1918, p. 165-171).

Ou seja: embora encontremos referências de que a coleção *Biblioteca Infantil* tenha sido indicada oficialmente como “leitura suplementar” nas escolas primárias paulistas, ao consultarmos mais detidamente o *Anuario do Ensino* do Estado de São Paulo relativo ao ano de 1918, veremos que a *Biblioteca Infantil* teve aprovados (com restrições) como *leitura suplementar* seus seis primeiros volumes, que justamente abrangem, em sua maioria, as adaptações de Andersen, cuja “linguagem é aceitável”. No que se refere às *Memórias de um burro* ainda não conhecemos os pareceres oficiais, e nem é certo que tenham existido.

A questão da aceitação ou não dos livros da coleção, quer seja pelo público quer seja pelos governos, é um dado importante para a compreensão do contexto de sua apropriação cultural, mas é a própria transformação sofrida dos livros, por meio da tradução, que pode nos dizer algo sobre a forma como se esperava que fossem lidos os livros. O objetivo é explicitar as transformações do que Roger Chartier denomina registros da tradução em uma obra, dentro de uma mesma coleção.

A visível transformação da própria coleção ao longo dos anos ocorre quando, após a morte de Arnaldo de Oliveira Barreto, a editora passa a contar, como consultor editorial da Melhoramentos, com Manuel Bergström Lourenço Filho, que passou a fazer a *revisão* de todos os livros infantis da casa. Segundo Arroyo (1968, p. 187), “a partir de 1926 os volumes já publicados na histórica série, e mais intensamente a partir de 1937, passaram por revisão completa pelo professor Lourenço Filho.”

Assim, nosso principal objetivo é comparar as edições dentro da própria coleção, procurando destacar que não há dimensões somente técnicas, mas também políticas da tradução. Utilizaremos como exemplos a primeira, a quarta, a oitava e a décima quarta edições que, mesmo sem a explicitação do ano de publicação, revelam uma intervenção ativa de certas concepções políticas.

Na versão original de Arnaldo Oliveira Barreto de 1918, a dedicatória contrasta pouco com a que encontramos na 14ª edição (1955), já seguramente revista por Lourenço Filho. As diferenças começam a se fazer notar a partir da 8ª edição, como no capítulo do *Mercado*. Da primeira à 4ª edição este capítulo chave procura, de certa forma, ser fiel ao original, ainda que o abreviando:

---

Dr. Oscar Rodrigues Alves. (...) os pareceres parciais são em número de cinco, um do dr. Plínio Barreto, dois do prof. Américo de Moura e dois do dr. A. de Sampaio Doria. (p. 154).

1ª edição (1918)	14ª edição (1955)
<p>Os pobres homens não sabem, às vezes, tanto como os burros; e a prova é que você não sabe que ha feira em nossa cidade todas as terças-feiras, e que nella se vendem legumes, manteiga, queijo, ovos, fructas, e muitas outras cousas.</p> <p>Para nós, pobres burros, a terça-feira era o peor dia da semana; e para mim, especialmente. Imagine! Cada terça-feira, a minha ama <i>me carregava ás costas com todos os ovos que as suas gallinhas punham, com toda a manteiga e todo o queijo que fazia do leite de suas vaccas; com todos os legumes da sua horta; com toda a fructa madura do seu pomar. Por cima de tudo isso, ella se abancava, e surrava-me a valer com um bastão duro e nodoso. Não comprehendia que as minhas pobres pernas finas não podiam leva-la tão gorda com toda aquella carga ao mercado, tão depressa como ella queria. Eu ia a trote, quasi a galope, mas mesmo assim ella não ficava contente e me surrava.</i></p> <p><i>Zangava-me</i> de tanta crueldade e injustiça. <i>Quiz desmontal-a um dia</i>, mas eu estava tão carregado que podia apenas sacudil-a um pouco. Em todo caso sentia prazer em sacudil-a bem.</p> <p>Ella, então, resmungava.          -Ah, animal dos diabos! has-de me pagar! <i>e me surrava até não poder mais.</i> (p.5 e 6, grifos meus)</p>	<p>Os pobres homens não sabem tanto como os burros; e a prova é que você não sabe que há feira em nossa cidade todas as terças-feiras, e que nela se vendem muitas coisas.</p> <p>Para nós, pobres burros, a terça-feira era o pior dia. Para mim, especialmente. <i>Cada terça-feira, minha dona me carregava as costas com ovos, manteiga, queijo, legumes e frutas maduras.</i> Sentava-se por cima de tudo isso e surrava-me a valer. <i>Não comprehendia que minhas pernas finas não podiam levá-la, e a toda aquela carga, ao mercado, tão depressa quanto ela queria.</i> Eu ia quase a galope, mas mesmo assim ela batia-me constantemente.</p> <p>Revoltava-me tanta crueldade e injustiça. Quis, um dia, derrubá-la, mas eu estava tão carregado que mal podia sacudir o lombo. Em todo caso, sentia prazer em dar uns pinotes. – Animal dos diabos, resmungava ela, hás de me pagar! E surrava-me. [...] (Grifos meus, p.5).</p>

Note-se que a tradução da 1ª edição é quase literal e mantém, poderíamos dizer, o ritmo da crueldade do original francês<sup>182</sup>; mas acrescenta algo novo: o olhar “compreensivo” do burro para a falta de compreensão (ou ignorância) da dona: o próprio burro procura explicar a atitude violenta da dona, que “não compreendia que minhas pernas finas não podiam leva-la, e a toda aquela carga, ao mercado, tão depressa quanto ela queria.” Essa visão compreensiva do burro se manterá ao longo das outras edições, embora a descrição da ida sofrida do burro à feira das terças venha a se tornar menos extensa.

Embora o sucesso da coleção Biblioteca Infantil logo em seu início possa ser parcialmente atribuído ao seu aspecto gráfico, uma vez que representava um “divórcio dos moldes escolares” (ARROYO, 1968, 187), não parece justo considerar, como Arroyo (1968, p. 186), que “o significado revolucionário da iniciativa de Arnaldo Barreto, do ponto de vista da criança, parece estar mais na apresentação gráfica dos volumes do que propriamente no conteúdo.” Ou seja, para Arroyo, é de fato com Lourenço Filho que há uma transformação relevante nas obras da coleção: sua revisão completa dos textos “objetivou a simplificação do

<sup>182</sup> « [...] Figurez-vous, mon cher petit maître, qu'elle poussait la malice jusqu'à ramasser tous les oeufs que pondaient ses poules, tout le beurre et les fromages que lui donnait le lait de ses vaches, tous les légumes et fruits qui mûrissaient dans la semaine, pour remplir des paniers qu'elle mettait sur mon dos. Et quand j'étais si chargé que je pouvais à peine avancer, cette méchante femme s'asseyait encore au-dessus des paniers et m'obligeait à trotter ainsi écrasé, accablé, jusqu'au marché de Laigle, qui était à une lieue de la ferme. J'étais toutes les fois dans une colère que je n'osais montrer, parce que j'avais peur des coups de bâton ; ma maîtresse en avait um très gros, plein de noeuds, qui me faisaient bien mal quand ele me battait (...). » *Mémoires d'un âne* / par Mme la Comtesse de Ségur; illustrés par Horace Castelli. Hachette et cie (Paris): 1894, p. 7-9.

vocabulário (...) e a expungir as estórias de certas passagens menos satisfatórias, por inspirarem sentimentos de medo ou terror.” (ARROYO, 1968, p. 187, grifos meus).

Soares (2007, p.358), trabalhando sobretudo com os pareceres que Lourenço Filho produziu para a Editora entre 1938 e 1943, aponta para a visão política conservadora de Lourenço Filho, que “considerava a crítica social como temática inadequada para a literatura infantil”. Em um parecer de 1950, Lourenço Filho torna mais explícitas suas razões para suas opções como revisor:

Como expressão de arte, que é, a leitura para crianças deve [...] tender a fornecer ao espírito infantil certa *provisão* de beleza, de graça, de harmonia, a fim de que não agrave os conflitos mentais e sentimentais, mas procure resolvê-los de forma suave e criadora. A criança precisa acreditar na vida, acreditar no bem, na bondade, na justiça, nas formas criadoras da vida social e não nas forças que a corrompem e destroem. (Lourenço Filho, M. B. Parecer 1.341\1.326, 1950, apud SOARES, 2008, p.163, grifos meus).

Embora os pareceres citados sejam da década de 50 e 60, é possível encontrar tais ideais “pedagógicos” em suas revisões das traduções da coleção.

1ª edição (1918)	14ª edição
<p>Meu novo amo não era homem máu; tinha, porém, o costume, <i>que eu considero vil</i>, de obrigar a todo mundo a trabalhar muito.</p> <p>Elle costumava arrear-me a uma carrocinha, obrigando-me a carregar terra, estrume, lenha e muitas outras coisas. Comecei a ficar preguiçoso; não gosto de puxar carroças. Não era que me obrigasse a puxar cargas pesadas demais, ou que me batesse; mas deixava-me sem comer nem beber desde manhã cedo até três ou quatro horas da tarde.<sup>183</sup></p> <p>Às vezes levava a carrocinha cheia de verdura até o mercado.</p> <p>Tudo isso me desesperava, e um dia resolvi pregar-lhe uma peça.</p> <p>Tinha notado que no pasto havia um fosso bem fundo e cheio de urtigas e amoreiras.</p> <p>Um dia, disse commigo: “Escondo-me naquele fosso; e, quando vierem buscar-me, o burro terá desaparecido.”</p> <p>E dito e feito.[...] (p.15)</p>	<p>Meu novo patrão não era mau, mas tinha o costume de obrigar toda a gente a trabalhar muito.</p> <p>Costumava atrelar-me a uma carrocinha, obrigando-me a carregar terra, estrume, lenha e outras coisas. Fiquei preguiçoso; não gostava de puxar carroça. Não que me obrigasse a puxar cargas pesadas ou me batesse. Mas deixava-me sem comer nem beber desde manhã cedo até três ou quatro horas da tarde.</p> <p>Às vezes levava a carrocinha cheia de verdura ao mercado.</p> <p>Tudo isso me desesperava, e resolvi pregar-lhe uma peça. [...] (p.11-12)</p>

O que mais chama a nossa atenção na comparação entre as edições não é tanto o fato de que a primeira procura ser mais fiel à original, mas o que é retirado na versão posterior: o comentário do burro sobre a mania tola, *vil* do dono. *Sotte* é mais próximo de “idiota”, estúpido, e vil de desprezível. O efeito, contudo, é próximo: o burro emitiu uma

<sup>183</sup> Vejamos a edição francesa de 1894: “Mon nouveau maître n’était pas mauvais, mais *il avait la sotte manie* de vouloir faire travailler tout le monde, et moi comme les autres. Il m’attelait à une petite charrete, et il me faisait charrier des terres, du fumier, des pommes, du bois. Je commençais à devenir paresseux ; je n’aimais pas à être attelé, et je n’aimais pas surtout le jour du marché. On ne me chargeait pas trop et l’on ne me battait pas, mais il fallait ce jour-là rester sans manger depuis le matin jusqu’à trois ou quatre heures de l’après-midi. Quand la chaleur était forte, j’avais soif à mourir, et il fallait attendre que tout fût vendu, que mon maître eût reçu son argent, qu’il eût dit bonjour aux amis, qui lui faisaient boire la goutte. Je n’était pas très bon alors; je voulais qu’on me traitât avec amitié, sans quoi je cherchais à me venger [...] (p. 50, grifos meus).

opinião que não resultava em boa mensagem do ponto de vista de Lourenço Filho.

## CONCLUSÃO

Embora não se possa afirmar que sejam razões estritamente políticas e morais que levam o educador Lourenço Filho a *expungir* o comentário de um personagem já sabidamente indomável, não se pode negar que não somente seus pareceres como sua própria trajetória profissional parecem indicar uma preocupação específica com a valorização da disciplina do trabalho, da ordem, da obediência, apontando um indício da “índole conciliadora” de Lourenço Filho (BRITTO, 1993, p. 479), apropriada ao pacto que o regime firmou com a Igreja Católica.

Engajado no Movimento da Escola Nova desde a década de 1920, Lourenço Filho parecia compartilhar, com Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, o ideal da escola pública, universal, gratuita e leiga, “cuja função era, em última análise, formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando.” (SCHWARTZMAN, 1984, p.70). Diferentemente, contudo, desses outros nomes da Escola Nova, “que atrairiam a ira da Igreja Católica”, Lourenço Filho “assumiria uma postura predominantemente técnica e se manteria como assessor próximo de Capanema até o fim de seu ministério” (SCHWARTZMAN, 1984, p.71). É a ideia de uma postura predominantemente técnica que cabe questionar aqui, pelo menos no que diz respeito à seleção e revisão de livros.

Já a partir da criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil pelo Ministério da Educação e Saúde durante os anos de 1936 e 1937, é possível observar, segundo Fritzen e Cabral (2011, p.131), “o empenho dos educadores em levar as crianças (...) a ter seus instintos conhecidos e direcionados para a adaptação social”. Especificamente no que diz respeito a Lourenço Filho, presidente da Comissão, a literatura existe para “[...] exaltar ou soffrear o espírito, para libertá-lo e conduzi-lo”, e somente como sugestão e criação de linguagem pode diferenciar o pensamento, “[...] colorindo diversamente as ideias, com os nossos próprios anseios e desejos”, e assim incutir princípios de direção comum do sentir e do pensar (Cf. BERTOLETTI, 2012, p.60).

A consciência que Lourenço Filho possui do potencial da linguagem, juntamente da “índole conciliadora” que o levará ao diálogo com intelectuais católicos ao longo e depois do Estado novo, nos parecem indícios de que a preocupação com o papel da moral na literatura infantil se revela de forma mais extrema e insidiosa do que ocorreu na geração republicana de Arnaldo Barreto, uma vez que muito mais armada teoricamente, embora em teoria muito mais aberta à livre imaginação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes.** São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a literatura infantil e juvenil.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BRAGANÇA, Aníbal. Rio de Janeiro, Paris et Lisbonne - La présence de Francisco Alves dans le monde éditorial européen. In: COOPER-RICHET D.; MOLLIER, J- Y. (Org.). **Le**



**commerce transatlantique de librairie, un des fondements de la mondialisation culturelle (France, Portugal, Brésil, XVIII-XX siècle).** 1ed. Campinas - P: Publiel/IEL/Unicamp, 2012, v. 1, p. 31-45.

BRITTO, Jader de Medeiros. INEP: Laboratório de Ideias em Educação no Brasil. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos.** Brasília, v. 74, n. 177, p. 575-486, maio/ago. 1993.

COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. **Varia História,** Belo Horizonte, vol. 25, nº 42, p. 539-555, jul. – dez., 2009.

FRITZEN, Celdon; CABRAL, Gladir da Silva. O que ensina também pode divertir, mas nem tudo o que diverte ensina: os debates da Comissão Nacional de Literatura Infantil (1936-1938). **Patrimônio e Memória.** UNESP-FCLAs-CEDAP, vol.7, n. 2, p. 127-139, dez. 2011.

MAZIERO, Maria das Dores Soares. **Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925):** histórias de ternura para mãos pequeninas. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas (SP).

MENIN, A. M. **O patinho feio de H. C. Andersen:** o “abrasileiramento” de um conto para crianças. 1999. Tese (Doutorado), UNESP/FCL.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. **Cadernos Cedes,** ano XX, nº 52, novembro/2000.

RAZZINI, Maria de Paula Gregório. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil:** Dois séculos de livros brasileiros. 1ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 101-120.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

SCHWARTZMAN, S. et al. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: EDUSP / Paz e Terra, 1984.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear Horizontes.** Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.